

PMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal	A Tarde	
Data	22/03/97	
Codigos	J=	Pagina 8
Seção		
Assunto	Habitação	



Na invasão Yolanda Pires, no Ogunjá, os barracos estão cedendo lugar às casas, que estão sendo construídas para abrigar os antigos invasores

Prefeitura está legalizando as invasões em terras municipais

Uma nova perspectiva surge para quem mora em invasões em Salvador: a prefeitura está fazendo um cadastro de todas as terras públicas que pertencem ao município e estão ocupadas irregularmente. A meta é legalizar a situação dos atuais invasores, doando-lhes os terrenos. Segundo o secretário de Saneamento, Habitação e Infra-Estrutura, Carlos Geraldo Lins Cova, 2.247 famílias já foram beneficiadas este ano, nas invasões de São Marcos, Bate Coração e Calabêto.

O programa é dirigido pelo Centro de Promoção Habitacional (CPH), que pertence à Secretaria de Saneamento, Habitação e Infra-Estrutura (Semin). A coordenadora do CPH, Renilda Plessim, disse que a implantação de um sistema de cadastro informatizado era mais do que uma necessidade, "tanto para facilitar a tramitação dos projetos na Câmara Municipal quanto para permi-

tir que o CPH pudesse atuar com mais agilidade na elaboração dos processos de terrenos nas invasões consolidadas". Já estão cadastradas no programa do órgão 45 ocupações irregulares.

Estatística feita pela Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador) no ano passado concluiu que Salvador possui 357 assentamentos espontâneos — as conhecidas invasões —, representando um contingente de 600 mil favelados. Muitas dessas invasões já são consolidadas e não há a menor possibilidade de retirada dos ocupantes.

Nesses locais, o CPH faz a vistoria, obtém os dados para saber se a pessoa é realmente necessitada e inicia um processo que passa pela Procuradoria Geral do Município, chega ao prefeito e, por fim, é encaminhado à Câmara Municipal, que autoriza ou não a prefeitura a doar

ou vender por um valor simbólico o terreno. Este ano, 800 desses projetos já foram oficializados, afirma o secretário Cova.

Especulação preocupa

Os novos proprietários, no entanto, são obrigados, por um contrato, a respeitar as normas de utilização do terreno, sob pena de perder o direito de posse. As terras doadas ou vendidas por preço simbólico pela prefeitura só podem ser utilizadas para fins residenciais. O novo dono terá que manter os impostos em dia, senão perde o direito de posse. Ele poderá negociar o imóvel, mas, neste caso, a prefeitura precisa submeter o nome do comprador ao plenário da Câmara Municipal.

Carlos Geraldo Cova considera a parceria da prefeitura com o governo estadual e a iniciativa privada fundamental para melhorar as condições

de vida em Salvador. Nas invasões estão sendo feitas as reformas e, no caso da invasão Yolanda Pires, no Ogunjá, as derrubadas dos barracos para construir casas no mesmo lugar. Ele ressalva que a invasão Yolanda Pires está localizada em terreno da Urbis, empresa estadual que está conduzindo toda a urbanização da área com o Programa Viver Melhor.

O titular da Semin alerta para os especuladores. Ele denuncia que grande número dos presidentes de associações de bairro querem mesmo é arrumar a própria vida. Gente que mora em outros locais e usa a invasão para ganhar dinheiro são logo "deletados" (eliminados) do sistema informatizado do CPH. Algo semelhante ocorre com as 12 mil barracas metálicas da cidade. A prefeitura constatou que só 4 mil tinham alvará de funcionamento. Quase a metade era meio de especulação de inescrupulosos.